

## PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_\_, de 2010

Estabelece normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito da Administração Pública Federal para efeito de controle de custos de obras públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei estabelece, nos termos do art. 115 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito da Administração Pública Federal para efeito de controle de custos de obras públicas.

**Parágrafo único.** Os procedimentos regulamentados nesta lei deverão ser observados na execução das despesas dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos da União, inclusive aqueles executados de forma descentralizada mediante convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres.

**Art. 2º** Os custos unitários diretos máximos admissíveis de obras e serviços realizados com recursos federais, observado o disposto no art. 1º, parágrafo único, desta lei, de acordo com a natureza da obra, corresponderão aos custos discriminados na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, mantido e divulgado na internet pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, ou sistema que o suceda, ou à mediana dos custos correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado na internet pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º O disposto no caput deste artigo será considerado critério obrigatório de economia na execução de obras e serviços, e de fixação de limite máximo para fins de aceitabilidade de preços unitários, nos termos dos arts. 12, inciso III, e 40, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º No caso de serviços discriminados com características rigorosamente idênticas no SINAPI e no SICRO, poderá ser aceito o custo unitário do sistema mais conveniente para o gestor da obra, desde que justificado à vista da natureza da obra.

§ 3º Para efeitos da aplicação deste artigo:

I – somente para serviços cujos custos unitários não estejam discriminados no SINAPI e no SICRO serão aplicáveis os custos máximos constantes

de tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, a qual deverá adotar em suas composições os demais custos de insumos discriminados no SINAPI ou no SICRO;

II – será considerado o percentual incidente de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, que deverá estar demonstrado analiticamente no orçamento e na proposta do fornecedor; e

III – será considerado preço unitário de cada serviço aquele obtido da adição do custo unitário direto e da parcela relativa ao BDI, conforme disposto no *caput* e no inciso II deste parágrafo.

§ 4º Somente em condições especiais poderão os custos unitários exceder os limites estabelecidos no *caput*, desde que justificado por meio de relatório técnico circunstanciado elaborado pelo profissional habilitado responsável pelo orçamento da obra, sem prejuízo da avaliação do concedente dos recursos e dos órgãos de controle interno e externo.

§ 5º O órgão ou a entidade que aprovar tabela de referência, nos termos do § 3º, inciso I, deste artigo, deverá divulgar seu conteúdo integral na sua página na internet.

**Art. 3º** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou do SICRO não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de alterações contratuais que modifiquem a planilha orçamentária.

**Art. 4º** O orçamento a que se refere o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, será obrigatoriamente elaborado e assinado por profissional habilitado, e será objeto da respectiva anotação de responsabilidade técnica, nos termos da legislação profissional aplicável.

**Parágrafo único** A responsabilidade do profissional a que se refere o *caput* abrange também a compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das planilhas do orçamento com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos de referência nos termos desta lei.

**Art. 5º** O Tribunal de Contas da União auditará periodicamente as informações constantes do SINAPI, do SICRO e das tabelas de referência de que trata o art. 2º, § 3º, inciso I, por meio dos instrumentos de atuação previstos na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O volume de recursos envolvido na execução de uma obra pública, bem como a complexidade de sua gestão, exige a fixação de parâmetros claros de controle de custos e avaliação de preços de mercado, que cada esfera de governo deve buscar em atenção a suas peculiaridades, no exercício do poder regulamentar expressamente conferido pelo artigo 115 do Estatuto geral das licitações.

No âmbito da União, este controle de custos vem-se fazendo, exitosamente, há muitos anos por meio de dispositivos das sucessivas leis de diretrizes orçamentárias. Tais disposições permitiram o funcionamento de mecanismos de controle preventivo por parte do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União que reduziram enormemente as fraudes e desperdícios no âmbito das obras públicas, além de gerar poderosos incentivos a um intenso esforço de aperfeiçoamento da gestão dos órgãos responsáveis pela execução e fiscalização de obras públicas.

A experiência acumulada por este mecanismo comprova, a toda evidência, a extrema conveniência de abrigá-lo em legislação de caráter permanente, que não dependa da ratificação anual quando da tramitação das LDOs. Esta perenização dos critérios de eficiência de obras e serviços confere previsibilidade e amplia o horizonte de planejamento para os órgãos gestores, além de evitar os riscos das contínuas pressões pela supressão dos controles que se verificam a cada ciclo orçamentário, provenientes de interesses contrariados com a obtenção da eficiência e dos melhores preços por parte do Erário federal, que ameaçam todos os anos esta conquista da sociedade brasileira.

Por tais razões, propomos o presente projeto de lei em defesa da moralidade pública e da eficiência na Administração Federal, confiando no apoio dos nobres Pares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões,

**Senador Jefferson Praia**  
**PDT/AM**